



Diya Braga

RECURSOS DO POVO: QUEM DECIDE O ANEXO 1.1?

RECADASTRAMENTO NO PTR

FGV segue o
atendimento presencial
pág. 04

1º DE MAIO

Impactos do rompimento
nas atividades de trabalho
pág. 05

REPARAÇÃO E INFÂNCIA

Conheça o trabalho da
Equipe de Ciranda
pág. 08

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Consulta prévia a comunidades
tradicionais é direito
pág. 09

Construindo projetos e demandas com participação popular

Está em curso a construção coletiva do sistema de participação para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, na Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias, com apoio das assessorias técnicas.

“

A participação, transparência de informação e controle social são fundamentos

É fundamental o respeito ao que está previsto no acordo, sobre o acompanhamento e monitoramento por parte das pessoas atingidas, respeito ao princípio da centralidade do sofrimento da vítima e consulta prévia aos povos e comunidades tradicionais. Para isso, é preciso garantir a manutenção de canais de diálogo, a ampla publicidade e formas de participação e acompanhamento das pessoas atingidas na execução do acordo.

A participação das atingidas e atingidos na elaboração e escolha dos projetos das comunidades (Anexo 1.1), precisa estar presente durante

todas as etapas do plano de gestão: seja na concepção, formulação, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e ações relacionadas.

A participação, assim como a transparência de informação e controle social, também estão previstos na lei para ações emergenciais. São fundamentos previstos na Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010). A elaboração e a implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) precisa contemplar a participação das pessoas eventualmente atingidas, seja nas ações preventivas, seja nas emergenciais. As ações emergenciais prévias e as realizadas após a enchente deste ano poderiam ter levado isto em conta.

Com o enfraquecimento da pandemia de Covid 19, muitas reuniões presenciais estão sendo retomadas. Foram dois anos pensando a governança com o uso da internet. Segundo dados da PNAD/IBGE, a desigualdade da cobertura digital no Brasil acontece por divisão entre zona rural (49%) e zona urbana (74%). O desafio é ampliar a participação na definição da governança do sistema de reparação, com esta oportunidade dos encontros presenciais.

Equipe de Ciranda



Crianças atingidas em encontro de formação de Agentes Multiplicadores realizado nos dias 23 e 24 de abril de 2022.

Expediente

A Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Jéssica Barbosa e Luís Henrique Shikasho | **Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto:** Ísis Táboas e Luiz Ribas **Coordenação Territorial:** Iasmim Vieira e Vanderlei Martini | **Coordenação de Comunicação:** Diva Braga e Valmir Macêdo. |

Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Bruna Torres, Jaqueline dos Santos, Lucas Jerônimo, Rafael Donizete, Rurian Valentino, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas Tiragem: 8 mil exemplares

www.aedasmg.org/paraopeba
 CNPJ: 03.597.850/0001-07

WhatsApp Aedas Paraopeba
 Brumadinho - Região 1
 Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos,
 São Joaquim de Bicas - Região 2

www.aedasmg.org
 (31) 9 9840-1487
 atingidosparaopeba1@aedasmg.org
 atingidosparaopeba2@aedasmg.org

 **Aedas**

PROTAGONISMO DAS PESSOAS ATINGIDAS PARA QUE ESSES RECURSOS TRAGAM NOVAS OPORTUNIDADES E DIGNIDADE.





VOZES DA GENTE

Da redação

A construção de governança popular tem movimentado as comunidades atingidas que não abrem mão da participação direta e efetiva nos recursos do acordo. O Vozes da Gente desta edição traz falas de atingidos sobre o tema, além do relato de ribeirinhos que continuam convivendo com a insegurança após o rompimento.

Anexo 1.1 - Demandas das Comunidades



“ Queremos também que esse recurso proponha moradia e trabalho para as pessoas viverem com dignidade na nossa cidade.

Ilza Márcia, moradora do bairro Bela Vista em Brumadinho

Formação com agentes multiplicadores



“ O espaço onde aconteceu a reunião foi muito bom. Cada atingido pôde fazer questionamentos e obtivemos todas as respostas necessárias.

Gilmar Matosinhos, São José do Paraopeba, Brumadinho

Solidariedade ao longo do Paraopeba



“ Nós da R3 somos solidários com toda calha, todos ao longo do Paraopeba foram atingidos. Ou nos unimos na luta ou ficaremos nas mãos de senhores que não se importam com suas vidas.

Patrícia Passarela, integrante da Comissão de atingidos de Taquaras, Esmeraldas

Direito à renda

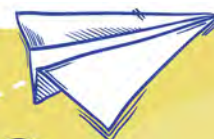


“ Nós perdemos o quintal, não temos mais direito de plantar uma horta. Mesmo tirando essa lama por cima a gente não vai ter mais segurança de comer nada que foi plantado aqui.

Maria dos Anjos, ribeirinha moradora da Rua Amianto, Brumadinho.

Participe do Vozes da Gente. Envie sua mensagem para as redes sociais da Aedas ou peça para a equipe de Mobilização que acompanha a sua comunidade.

aedasmg.org | @aedasmg



RECADASTRAMENTO NO PTR É PARA BLOQUEADOS PELA VALE, ENTENDA AS CATEGORIAS

BLOQUEADOS. FGV atende Brumadinho e municípios da região 2 em pontos presenciais

Assessoria de Comunicação da FGV

Rafael Donizete

O atendimento presencial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para agilizar o recadastramento de pessoas atingidas no Programa de Transferência de Renda (PTR), continua percorrendo os municípios da Região 2 da Bacia do Paraopeba e segue com um ponto fixo em Brumadinho, na Região 1. Famílias que tiveram o pagamento emergencial bloqueado pela Vale puderam buscar atendimento em Betim, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas.

"Meu emergencial está bloqueado desde outubro de 2020. Minha mãe é pensionista, mas com o pouco dinheiro que ela recebe a gente compra água, remédios e algumas coisas para dentro de casa. Eu fico só olhando porque não tenho como ajudar. Mas, se esse emergencial for desbloqueado, eu vou ao supermercado fazer uma compra de tudo que é gostoso para eu e minha mãe comermos", contou Marizete da Cruz, atingida de Citrolândia, em Betim.



Atendimento presencial em Juatuba.

Os pontos de atendimento servem também como apoio para orientações. O coordenador adjunto do PTR, André Andrade, explica que o objetivo é garantir que o direito ao programa chegue, de fato, a quem precisa.

"O nosso objetivo é facilitar ao máximo o acesso da população atingida ao PTR, com atendimento presencial e equipe treinada para responder dúvidas e resolver eventuais problemas ou dificuldades que os beneficiários possam identificar, como mudança de conta bancária ou endereço, por exemplo", explicou.

O atendimento presencial nestes municípios é, inicialmente, apenas para pessoas com o emergencial bloqueado, mas a expectativa da FGV é que, em breve, sejam atendidas também outras requisições referentes ao programa.

Entenda as categorias e as expectativas de atendimento:

BLOQUEADOS

São as pessoas que chegaram a receber por algum tempo parcelas do pagamento emergencial, mas foram bloqueadas sem justificativa pela Vale. Essas pessoas devem fazer o recadastramento para inclusão no PTR e recebimento do pagamento retroativo, contado a partir de novembro de 2021.

NEGADOS

Essa é a categoria de pessoas que foram cadastradas no emergencial, porém nunca receberam porque tiveram seu pedido para recebimento do emergencial negado por quaisquer razões apontadas pela Vale. Essas pessoas devem aguardar orientações da FGV para análise do cadastro.

NOVAS INCLUSÕES

São as pessoas atingidas que cobram o direito de acesso ao PTR, necessitando se enquadrar em pelo menos um dos critérios estabelecidos pelas Instituições de Justiça (IJs) para o PTR. Alguns grupos, como os familiares de vítimas fatais, já estão sendo inseridos. Ainda não há uma previsão da FGV para iniciar o cronograma de novas inclusões.

DANOS AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS E A BUSCA PELA REPARAÇÃO INTEGRAL

1º DE MAIO. No mês que rememora a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, atingidas e atingidos do Paraopeba continuam em busca de condições para a retomada de suas atividades.

Aleff Rodrigues e Karina Morais

Perda de renda e lucros, perda de materiais e insumos de trabalho, mudança forçada de atividade profissional, danos à produção agropecuária, à atividade pesqueira e endividamentos. São apenas alguns dos conjuntos de danos identificados no território após o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, sob responsabilidade da Vale S.A.

Dentre as atividades geradoras de renda, destacam-se a criação de peixes e a pesca, diretamente ligadas ao rio Paraopeba e a organização social. Neste contexto, se afeta também a noção de pertencimento, a autoestima e a saúde.

A assessora técnica da Aedas, Paula Pimenta, da equipe de Economia, Trabalho e Renda; comenta sobre a importância da pesca e sua relação com outras

atividades da sociedade.

“A pesca tem a dimensão do trabalho, mas também a dimensão da alimentação, do autoconsumo, e das relações sociais. As visitas que vinham para pescar traziam junto, por exemplo, o lazer com as crianças no rio. É uma lógica muito

“ **As relações que as pessoas tinham entre os pares de trabalho também foram enfraquecidas**

Márcio Mello



Bruno, pescador artesanal de Citrolândia, relembra através de fotografias a abundância de peixes no Rio Paraopeba antes do rompimento.



Ao menos 50% dos pescadores da Região 2 tiveram impacto em sua renda e consumo após o rompimento.

Fonte: Consultoria R2/2021

mais ampla do que só o trabalho. E isso tanto para a pesca quanto para outras atividades. Além de que [após o rompimento], se enfraqueceram relações que as pessoas tinham entre os pares de trabalho, ou o processo de transmissão de saberes e as alterações nas dinâmicas sociais e culturais”, pontuou.

PRÓXIMOS PASSOS RUMO À REPARAÇÃO INTEGRAL

Os dados que têm sido levantados farão parte da Matriz de Reconhecimento de Danos, documento construído entre as

pessoas atingidas e as ATIs.

Além disso, a participação informada dos atingidos e atingidas no processo de reparação é papel central do trabalho realizado pelas Assessorias Técnicas Independentes. Não existe reparação integral sem a participação ativa dos atingidos e atingidas, daí a importância de integrarem os espaços participativos, como os GAAs e RDs e todos os processos que envolvem a proposição e implementação de projetos, como os que tem sido articulados nos debates acerca da Governança Popular na gestão dos recursos previstos no Anexo 1.1.

MULHERES E TRABALHO

Através da organização social das atingidas e com o apoio da Assessoria Técnica Independente, tem-se buscado evidenciar as atividades desempenhadas pelas mulheres. Elas possuem papel fundamental na produção de alimentos, nos setores de comércio e serviços (como os relacionados ao turismo), na área da saúde, educação ou na produção de artesanatos.

Destaca-se que os impactos às mulheres após o rompimento perpassam também o aumento do trabalho doméstico, tanto de limpeza, como de cuidados - aos enfermos (pelos vários adoecimentos e agravamentos à saúde), aos idosos(as) e às crianças (que perderam seus espaços de lazer). Além do aumento das tensões familiares geradas pelas inseguranças (alimentar, financeira, etc). É o que é chamado de dupla e tripla jornada de trabalho das mulheres: o trabalho doméstico e de cuidados é um trabalho não remunerado e invisibilizado socialmente.

ATINGIDOS E ATINGIDAS SE ORGANIZAM PARA GOVERNANÇA DO ANEXO 1.1

Diva Braga/Aedas



Rurian Valentino/Aedas



Rurian Valentino/Aedas



Atividade presencial: Formação de Agentes Multiplicadores reúne lideranças para discutir o sistema de participação que irá gerir os projetos e demandas das comunidades na Região 1(Brumadinho) e 2 (Betim e Mário Campos) .

PARTICIPAÇÃO. Mais de 260 agentes multiplicadores participam de formações sobre sistema que irá gerir os projetos de demandas das comunidades

Bruna Torres

Que o princípio de governança popular é fundamental para os atingidos e atingidas gerirem os recursos do anexo 1.1 a gente já sabe, mas vale à pena reforçar essa importância. Agora, é preciso entender como o processo vai funcionar e quais os passos que serão dados para o avanço da gestão.

Para que a governança avance em busca da reparação

“ São os e as agentes multiplicadores que irão promover as informações sobre a participação

integral, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, Aedas, tem organizado espaços de debates e estudos sobre o 1.1.

Sendo assim, nos dias 23 e 24 de abril, aconteceram seis espaços de formação com agentes multiplicadores sobre governança, em Brumadinho, Betim e Mário Campos. Os eventos juntos reuniram mais de 260 pessoas atingidas nas regiões 1 e 2. São os e as agentes multiplicadores que irão promover as informações sobre a participação em seus territórios e comunidades.

Dentre elas, esteve Schirlene Gerdiken, da comunidade do Aranha, que contou ter gostado muito da formação. A atingida falou que, como multiplicadora, gostou da organização e da metodologia. "Achei que foi bastante válido e produtivo, deu para a gente aprender e entender o que será essa governança", disse.

Rurian Valentino/Aedas



Schirlene Gerdiken, atingida.

Schirlene ainda completou que “se houver outros espaços, será melhor ainda. É de extrema necessidade, porque cumpre o papel que a gente

necessita”, contou. A mulher é geógrafa por formação e mora no Aranha há 44 anos.

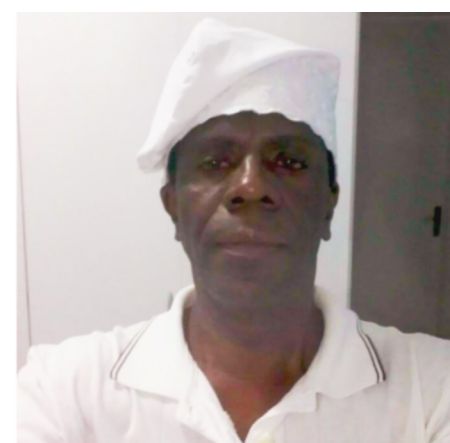
Os recursos são para reparação dos danos coletivos

Para o Baba Márcilio Thomas, dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA), na região 2, a governança do Anexo 1.1 deve ser, de fato, popular, garantindo que os projetos atendam às demandas das comunidades atingidas, da elaboração à execução.

“Que realmente isso não se perca no meio caminho por outros interesses e

objetivos que não venham de encontro com os nossos, que somos atingidos”, apontou.

Acervo Pessoal



Baba Márcilio Thomas, dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA)

As Instituições de Justiça também têm reforçado a importância dos atingidos nesse ponto do acordo. Shirley Machado, promotora do Ministério Público Estadual, afirma que esse é um anexo das pessoas atingidas e

que os recursos são para reparação dos danos coletivos.

“Os atingidos vão participar do detalhamento, monitoramento e fiscalização dos projetos. Esse anexo especificamente é um dinheiro das pessoas atingidas. Foi assim que ele foi pensado e é assim que ele precisa ser construído. Então esse é o nosso compromisso”, reforçou Shirley.

Projetos Comunitários

Segundo o texto do acordo judicial, os projetos das comunidades têm como objetivo reparar amplamente os danos coletivos sofridos por elas nas mais diversas áreas correspondentes à forma e qualidade de vida.

O foco desses projetos é o fortalecimento das atividades produtivas, geração de renda, diversificação da economia local, o acesso

“ Esse anexo especificamente é um dinheiro das pessoas atingidas

à cultura, esporte e lazer, à saúde e educação, entre outros.

Pensando em fluxo, a proposta é que os projetos tenham como base o Plano Popular de Recuperação, Desenvolvimento e Justiça para a Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias. Construído de forma participativa, ele é um horizonte de indicadores a serem alcançados, definidos a partir do diagnóstico de danos realizados pelas ATIs e sistematizado na Matriz de Danos, na tentativa de promover a reparação integral, através de diretrizes das

linhas dos projetos, e das políticas de crédito e microcrédito.

As pessoas atingidas terão participação assegurada em todas as etapas, essa segurança está descrita no acordo.

Quem Decide?

No dia 13 de abril, as ATIs, junto a PUC Minas, promoveram uma live com título “Projetos das Comunidades Atingidas: quem decide?”, através do YouTube. O espaço foi uma convocação para participação do processo que será aprofundado no próximo período nos territórios.

Na oportunidade, foi apresentado o caderno “Construindo projetos e demandas com participação popular” que reúne o desenho inicial da governança e do sistema de participação que está sendo construído pelas pessoas atingidas de toda a Bacia do Paraopeba, com o apoio das assessorias técnicas.

INFÂNCIAS ATINGIDAS E O DIREITO À REPARAÇÃO

Da Redação

José, 8 anos, uma criança atingida de Brumadinho, é um dos personagens fictícios que compõe material produzido pela Ciranda em seu canal Aedinhas no Ar.

José deseja ter tudo aquilo que ele perdeu depois do rompimento. Antes José tomava banho no rio com seus amigos e jogava bola no campinho do bairro depois de vir da escola. Após o rompimento: o rio ficou poluído, os amigos se mudaram, o campinho foi removido e a escola soterrada. José não acha essa uma situação justa e se pergunta: - E agora? E agora, José?

Assim como o José, muitas outras pessoas que moram em Brumadinho, e nas cidades que o rio Paraopeba corta, foram atingidas e, por isso, é necessário falarmos da reparação integral com as crianças.

Todo esse processo é trabalhado pela Ciranda da Aedes que conta com uma equipe de Pedagogia presente nas duas

regiões assessoradas, voltada para a escuta e interação com as infâncias. Na Ciranda, a contextualização da reparação integral e a sistematização dos danos causados pelo rompimento são dialogados de forma lúdica e com o olhar focado nas diversas infâncias presentes no território.

“ É necessário falarmos da reparação integral com as crianças

“Na Ciranda garantimos o acesso à informação e possibilitamos que as crianças e adolescentes se expressem a partir de maneiras próprias, fortalecendo vínculos com esse público, a fim de reforçar e buscar expandir o sentimento de pertencimento respeitando as subjetividades de cada uma/um” afirma Janaína, pedagoga da RI.

Para que essa integração ocorra da melhor maneira



Bernardo Vaz

possível, são elaboradas cirandas virtuais e presenciais (seguindo todo o protocolo de cuidados para a prevenção da Covid-19) com histórias, brincadeiras, dinâmicas e espaços de socialização entre as crianças.

“A gente tenta construir um espaço onde as crianças atingidas entendam a importância do trabalho que seus responsáveis estão fazendo, e que as crianças são tão importantes quanto os adultos para que isso tudo aconteça e tenham força para continuar nessa luta” explica Tatiane Valente, pedagoga que acompanhou a Ciranda na Colônia Santa Izabel.

Desde janeiro, foram realizados 19 espaços de Ciranda presenciais, reunindo 134 crianças. Quem participou do espaço, sempre quer ir de novo, veja o que diz Maria Cecília da Conceição, criança de Bicas, que participou pela primeira vez da Ciranda no dia 23 de abril em Mário Campos: “é muito legal, você pode vir com sua mãe e seu pai, eu aprendi a comer muito bem, comer frutas, verduras, não comer muitos doces”.

E se você deseja que suas crianças participem das Cirandas online e/ou presenciais, entre em contato para participar do nosso grupo de Ciranda pelo telefone (31) 9 9504-0688.

CONHEÇA A EQUIPE DE CIRANDA



Queremos saber qual o lugar você mais gosta ou gostava de brincar antes do rompimento. Você pode desenhar ou fazer uma fotografia e contar o motivo de gostar tanto do lugar que escolheu. Coloque seu nome, sua idade e sua comunidade e envie para o número:

(31) 97166-7585



Desenho de Maria Clara Oliveira, 12 anos
R. Amianto - Brumadinho



CONSULTA PRÉVIA A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS É UM DIREITO

Luiz Ribas/Aedas

Jaqueline dos Santos

Comitês de povos tradicionais e quilombos se articulam para anular uma resolução conjunta publicada por secretarias do Estado de Minas Gerais, que regulamenta a Consulta Prévia a Povos e Comunidades Tradicionais.

A resolução foi tema da audiência pública realizada na Assembleia Legislativa no dia 20 de abril. A Aedas esteve presente, enquanto assessora técnica independente das pessoas atingidas, incluindo quatro comunidades quilombolas da região de Brumadinho e cerca de 37 Unidades Territoriais Tradicionais organizadas pela região 2.

“

Para conseguir realizar um processo de diálogo qualificado, é preciso tempo

Para a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a resolução retrocede direitos já conquistados por essas comunidades.

“Estão querendo retroceder com os direitos duramente conquistados pelos povos, então, nesse contexto, tanto a Conaq como o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, estão fazendo um



Comissão do protocolo de consulta dos PCTRAMA e equipe de Povos e Comunidades Tradicionais da Aedas em reunião para debater questões específicas.

encaminhamento de revogação desta resolução”, contou Sandra Maria da Silva, da Conaq.

Beatriz Borges, coordenadora da equipe de Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) da Aedas, em sua fala durante a audiência, contou que foi preciso um processo contínuo de escuta ativa e participação informada para elaboração de duas consultas prévias realizadas junto às unidades territoriais tradicionais acompanhadas pela Aedas. Para ela, o tempo para a consulta prévia, previsto na resolução, prejudica a participação efetiva das comunidades tradicionais.

“Quando a gente fala consulta prévia, livre, informada e de boa fé, [o que se espera] é que essa resolução chegue e seja informada a quem

lhe é de direito, então como que a gente vai conseguir que a população tenha acesso a uma resolução dessa nesse prazo [de 45 dias]?”, perguntou.

Participação informada é um direito

É preciso que a população conheça os termos dessa resolução, e as consequências que ela pode trazer para suas comunidades. Para conseguir realizar um processo de diálogo qualificado, é preciso tempo, mobilização social e metodologia que respeitem a diversidade dos povos e suas linguagens. Também é importante a escuta ativa, para que um maior número

de pessoas possa expressar suas opiniões e construir consensos, num processo democrático e efetivo de consulta às populações.

Dia Nacional de Combate ao racismo

Quando você pesquisa por “13 de maio” em sites de buscas, vai aparecer algo assim “Foi a lei sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888 que aboliu a escravidão no Brasil”. No entanto, a comunidade negra em suas diversas frentes e formas, reconstruiu o significado do 13 de Maio transformando em uma data de luta de combate ao racismo e suas violências que atravessaram séculos e continuam vitimando a população negra.

PROJETOS SOCIOECONÔMICOS DOS ANEXOS 1.3 E 1.4 SÃO ANUNCIADOS E ATINGIDOS PEDEM MAIS TRANSPARÊNCIA

REGIÕES 1 E 2. Ao todo, são 45 projetos para os municípios

Bruna Torres

Brumadinho, Igarapé, Juatuba, São Joaquim de Bicas, Mateus Leme, Betim e Mário Campos foram contempladas com projetos socioeconômicos de reparação, a partir dos resultados da Consulta Popular, realizada em novembro de 2021. Ao todo, são 45 projetos do Fluxo Ordinário selecionados para as cidades listadas acima.

As divulgações causaram ânimo nos territórios atingidos, que esperam ansiosamente pelo avanço das reconstruções e destinação de recursos para a reparação e melhoria da qualidade de vida. No entanto, o que a população atingida também aponta é que falta transparência quanto ao detalhamento e andamento do cronograma dos projetos.

Lucimar Veloso, moradora da comunidade de Colônia Santa

Isabel, na Região de Citrolândia, em Betim, onde mora há 41 anos, pediu mais transparência das informações sobre os projetos de fortalecimento das políticas públicas, previstos nos Anexos 1.3 e 1.4.

“Eu acho que tem que ser melhorada a comunicação dos compromitentes com os atingidos/as. E as prefeituras também deveriam se inteirar dessas informações e trabalhar com essa divulgação”, contou a atingida

“

Transparência quanto ao detalhamento e andamento do cronograma dos projetos

Quem seleciona os projetos?

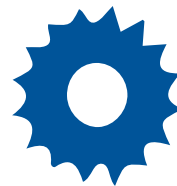
A seleção da lista de projetos foi feita pelos Compromitentes do Acordo Judicial, que são o Governo de Minas, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

O Acordo prevê que o detalhamento dos projetos seja feito pela Vale e deve contemplar: elaboração do planejamento, com apresentação do escopo, do cronograma, dos custos estimados, dos riscos previstos, dos resultados esperados, dos indicadores, das metas e dos marcos de entrega.

FGV faz auditoria dos projetos

Após o detalhamento e nova análise dos Compromitentes, o material segue para a auditoria socioeconômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que avalia se o desenho do projeto está adequado e se os custos e prazos estão compatíveis com os parâmetros usuais de mercado. Essa equipe da FGV é diferente da equipe que acompanha o PTR, o Programa de Transferência de Renda.

De acordo com os Compromitentes, a FGV deverá lançar um portal de transparência nas próximas semanas. Nele, a população atingida poderá acompanhar e fiscalizar mais ativamente os projetos do 1.3 e 1.4.



Fazem parte do programa de Reparação Socioeconômica

Anexo 1.3  **Projetos para a Bacia do Paraopeba**



Valor R\$ 2,5 Bilhões
(Dois bilhões, e 500 milhões de reais)

Anexo 1.4  **Projetos para Brumadinho**

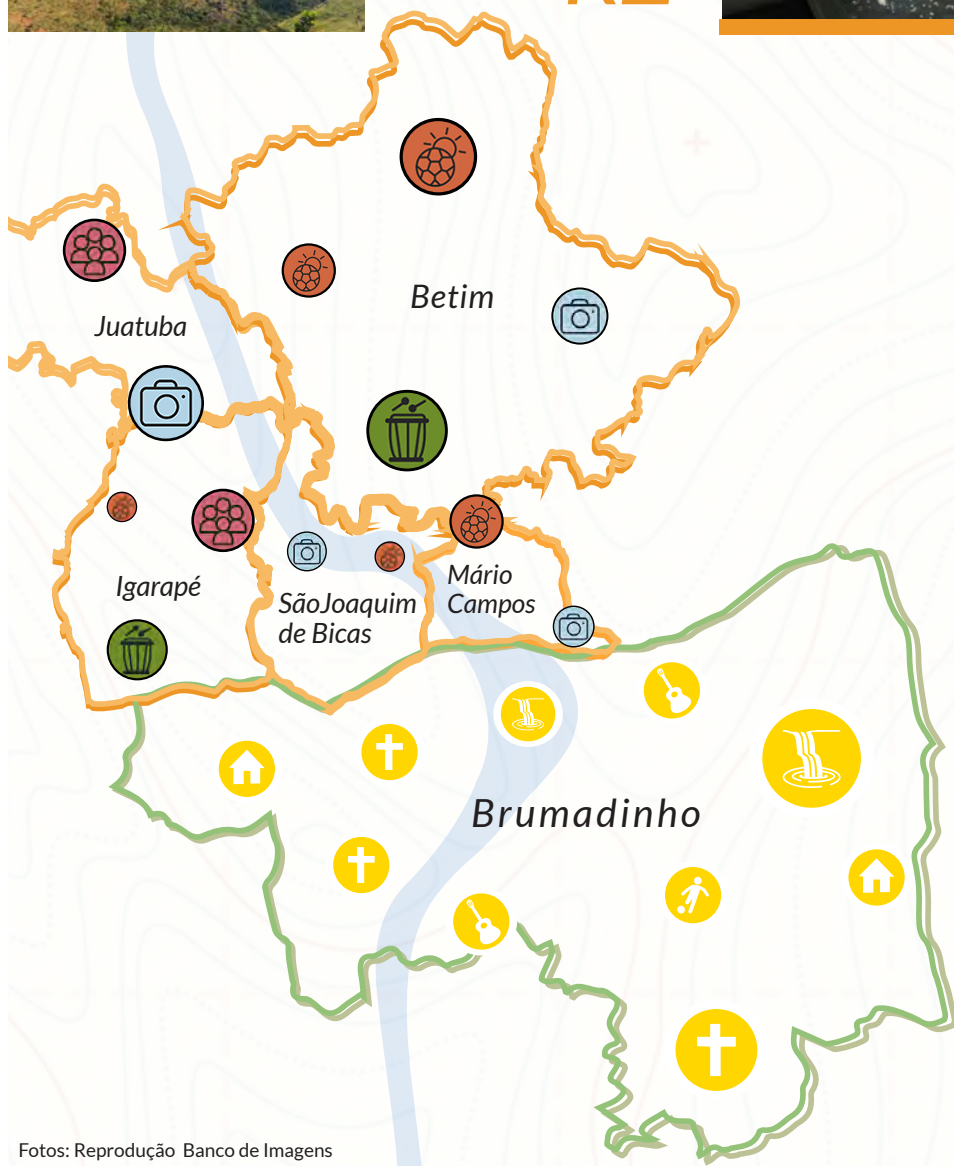


Valor R\$ 1,5 Bilhões
(Um bilhão, e 500 milhões de reais)

| MUNICÍPIO | PROJETO |
|-----------------------------|--|
| BRUMADINHO | <ul style="list-style-type: none"> No total, há 31 projetos selecionados para a cidade, dentro do Anexo 1.4. Do Pacote de Respostas Rápidas, há três aprovados e com ordem de início: Programa de Fomento Agro, Distrito Industrial de Brumadinho. Já pelo Fluxo Ordinário, foram selecionados 27, dentre os quais estão o fortalecimento do complexo de saúde, a requalificação de centros urbanos e obras como a pavimentação da estrada da Conquistinha – Serra da Farofa e Adequação da Ponte Coronel Eurico. |
| IGARAPÉ | <ul style="list-style-type: none"> Em Igarapé, a primeira listagem de projetos do Fluxo Ordinário contempla a canalização de córregos (não foram divulgados nomes), construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS), centros esportivos e praças de lazer. O município também integra os projetos regionais de instalação de usinas fotovoltaicas e construção de creches. |
| JUATUBA | <ul style="list-style-type: none"> Para Juatuba, como resultado da Consulta, estão previstas a construção e equipagem do Hospital da cidade e de um Centro de Práticas Integrativas Complementares, e a construção de equipamentos para atenção primária à saúde. O município de Juatuba também integra parte dos projetos regionais de instalação de usinas fotovoltaicas e construção de creches. |
| SÃO JOAQUIM DE BICAS | <ul style="list-style-type: none"> Em São Joaquim de Bicas, os projetos selecionados são voltados para a área de pavimentação asfáltica, construção de escolas municipais e de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). |
| MATEUS LEME | <ul style="list-style-type: none"> Para Mateus Leme, os selecionados preveem a reforma de vias urbanas e rurais, e a construção e reforma de pontes. Também foram contempladas a reforma de uma UBS e a construção de uma escola no distrito de Azurita. O município também integra os projetos regionais de construção de creches. |
| BETIM | <ul style="list-style-type: none"> Em Betim, está prevista, nesse primeiro momento, a ampliação do Hospital Público Regional de Betim; a construção de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a construção do Viaduto Rodoferroviário Vianópolis. |
| MÁRIO CAMPOS | <ul style="list-style-type: none"> Por fim, em Mário Campos, o pacote inclui o recapeamento e pavimentação asfáltica de ruas, melhoria de estradas e das vias de acesso nas comunidades atingidas. Além de ampliação e manutenção de unidades de saúde para atendimento especializado, serviços de diagnóstico e tratamento ambulatorial. |



R2



R1

Fotos: Reprodução Banco de Imagens levantado pelas Consultorias



Você sabia?

A **Cultura, os Patrimônios Culturais, e as atividades e serviços ligados ao Turismo, Esporte e Lazer** também foram afetados pelo rompimento da barragem.

Por isso, está sendo finalizado um estudo sobre os danos nessas áreas para **Brumadinho e os municípios da Região 02**. Além de mapas interativos, até o final de maio, serão publicadas Cartilhas e Relatórios Técnicos com a sistematização desses danos. **Ficou curioso?** Fique ligado no site que em breve teremos atualizações!

aedasmg.org aedasmg